

A PROBLEMÁTICA DA POLÍTICA SOCIAL

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



Atena
Editora

Ano 2019

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Problemática da Política Social

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P962 A problemática da política social [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-148-0

DOI 10.22533/at.ed.480192202

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas sociais – Brasil.
3. Política pública – Brasil. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“O que transformou o mundo não foi a utopia. Foi a necessidade.”

José Saramago

Um dos maiores desafios dos governos na atualidade é a demonstração de eficiência na prestação de serviços e implementação de políticas públicas. As estruturas governamentais são, em todos os níveis de atuação, complexos sistemas organizacionais, os quais se apoiam em recursos humanos, equipamentos, tecnologia, e outros meios, com o objetivo de operar a diversidade de serviços à sociedade. Além de dar conta dos déficits sociais acumulados, sobretudo no caso de países em desenvolvimento, os governos lidam com interesses sociais, econômicos e políticos distintos que refletem a diversidade da sociedade. Deve-se compreender que os problemas sociais são multidimensionais e, por essa razão, sua resolutividade não está restrita a um único setor ou a mudanças meramente técnicas e administrativas na gestão pública, mas na superação da configuração fragmentada e desarticulada em que se encontram as políticas públicas. Travar o debate acerca da configuração das políticas sociais, considerar que existe um grande desafio a ser enfrentado, pois compreensão à base de uma leitura crítica que envolve reconhecer a importância da historicidade dos fenômenos que se manifestam na sociedade capitalista e o seu desvendamento dialético. Pereira (2011, p. 2), aborda que “a política social constitui um processo internamente contraditório, que ao mesmo tempo atende interesses opostos”, demandando assim esforços fincados no conhecimento dos seus movimentos, tendências e não convergências para que estratégias políticas possam favorecer a extensão da democracia e da cidadania. Para analisar o debate acerca da política social é necessário não só o entendimento da sua pertinência para o atual contexto de implementação das políticas públicas, como também é imprescindível a reflexão das abordagens conceituais sobre a referida temática. Esta discussão é entendida aqui como um processo que extrapola o âmbito da dimensão técnica, tendo como conjugação as dimensões políticas, ideológicas e culturais. Certas limitações têm perpassado os estudos voltados para essa temática, principalmente em relação ao entendimento da dimensão histórica e política que este debate exige. Embora a perspectiva da política social seja um elemento recente na agenda das políticas sociais, esta tem sido considerada como uma possibilidade de enfrentamento das problemáticas estruturais advindas do isolamento e fragmentação das políticas sociais brasileiras.

No artigo **A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO** as autoras Cláudia Maria Costa Gomes, Maria da Conceição da Silva Cruz, Ana Karoline Nogueira de Souza, Ana Manoela da Silva Lima, analisam, em particular, o período designado como a era Lula (2003-2016), em que o país apresentou uma melhora crescente nos indicadores sociais e econômicos. No artigo **A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA**

IDOSA, os autores Sara do Nascimento Martins, Regiane de Nazare de Sousa Rocha, Maria Leonice da Silva de Alencar, Edinalva Pinto Poça buscam realizar uma análise conceitual sobre o envelhecimento e a educação permanente, e também sobre a implementação das políticas sociais que foram cruciais para garantir e efetivação de direitos sociais da pessoa idosa. No artigo **A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL**, a autora Ketnen Rose Medeiros Barreto, Faz uma discussão sobre a ideia de controle social a partir dos estudos realizados junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). No artigo **A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG**, os autores Ednéia Alves de Oliveira, Nelson Machado Pinho Junior realiza um levantamento dos programas e projetos em desenvolvimento na cidade e para qual público eles eram destinados, corroborando a hipótese de que tais políticas são direcionadas a jovens, na sua maioria, pobres e da periferia, promovendo renda baixa e não inserção no mercado de trabalho. No artigo **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE**, a autora Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira explanar sobre a precarização do trabalho e discorrer sobre as suas expressões a nível mundial. Para tanto, referencia-se na teoria social crítica. No artigo **AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS**, analisa a presença das políticas sociais no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscando identificar as concepções orientadoras e os investimentos realizados no sentido de viabilizar as propostas apresentadas. No artigo **CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA**, a autora Daniela de Carvalho Ciriaco trata de alguns elementos que auxiliam na compreensão da formação brasileira a partir da expansão do capitalismo e de como os processos que decorrem deste, as reformas neoliberais são implementados tardiamente trazendo sérias consequências para a efetivação das políticas sociais e para as condições de reprodução da classe trabalhadora. No artigo **CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO**, as autoras Mari Aparecida Bortoli, Carlos Nelson dos Reis, Heloísa Teles busca discutir a relação entre as condições de vida e as estratégias de enfrentamento a exploração do trabalho engendradas pelos/as catadores/as de materiais recicláveis que atuam na coleta seletiva. No artigo **DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO**, os autores Ariele Azevedo da Silva Vieira, Leonardo Barcelos Vieira, Angela Maria Caulyt Santos da Silva refletiu-se sobre as possibilidades de atuação do Serviço Social frente às políticas sociais que contribuem para a resistência e preservação do Congo enquanto rica e expressiva manifestação cultural, na formação histórico-cultural do povo capixaba. No artigo **DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL** as autoras Ermildes Lima da

Silva, Louise Oliveira Ramos Machado buscaram ao longo do trabalho apresentar algumas inquietações, potencialidades e os desafios da supervisão de estágio na atual conjuntura caracterizada pela mercantilização e precarização da educação superior e das condições de trabalho e os rebatimentos no processo de formação profissional. No artigo **A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA – MG** o autor Nelson Machado Pinho Junior Este trabalho tem por objetivo refletir acerca da relação público-privado na gestão da Política de Assistência Social no município mineiro de Juiz de Fora, através da análise da dimensão do orçamento. No artigo **ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF** a autora Cassiana Ferreira Simões O presente trabalho analisou o acesso e as condições de permanência dos alunos das universidades públicas federais após a implementação das políticas de democratização do acesso Educação Superior, sobretudo, a Política de Ação Afirmativa. Para tanto, o campo para a realização da pesquisa foi o ESR/UFF, em que foram alvos os estudantes ingressos por meio das ações afirmativas, nas modalidades concernentes às cotas sociais, no período de 2013 a 2016.

No artigo **ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO**, os autores Letícia Batista da Silva, Luanda Café Santana dos Santos, Tarcila Freitas de Sousa desenvolve-se uma reflexão sobre o padrão de financiamento da política de saúde no Brasil, para a compreensão das condições objetivas e materiais ao trabalho em saúde. No artigo **ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE os autores** Bruno Moretti, Ana Paula Menezes do Rego buscam examinar a evolução das despesas federais de saúde entre 2014 e 2018. Procura-se mostrar o impacto da crise sobre tais despesas, revelando como a austeridade constrange a ação do Estado, tendência intensificada com a Emenda Constitucional que limita as despesas primárias aos valores do ano anterior, ajustados pela inflação. No artigo **POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS** os autores Danielle Galdino, Cristiano Guedes trazem o resultado de uma pesquisa de mestrado que mostra a história do Programa Federal de Proteção a Testemunhas, seus desafios e limites, o perfil e as necessidades dos protegidos, o significado de proteção adotado por ele e quais necessidades humanas consegue atender. No artigo **QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO**, o autor Tauã Lima Verdán Rangel analisar o banco de alimentos, típico equipamento público de alimentação brasileiro, na promoção do direito humano à alimentação adequada e promoção de acessibilidade e disponibilidade a tal direito. No artigo **RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017**, as autoras Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz e Flávia Abud Luz propõem-se a refletir sobre o racismo institucional no Brasil; um mecanismo fundado no poder e utilizado via

de regra e historicamente para dominar raças, povos, etnias de cor diferenciada (fator biologizante). No artigo **REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA** Rosimary de Souza Lourenço, Marlene de Deus Lima, Yoshiko Sasaki, buscam discutir sobre a educação e sua relação com o processo de ampliação de cidadania implica em conhecer a concepção de educação e a natureza e intervenção do Estado. No artigo **SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO**, as autoras Michele Ribeiro de Oliveira, Renata Lígia Rufino Neves de Souza. buscam discutir o Programa Mulheres Mil como parte das estratégias da política social com foco no enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais assumidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), as quais não se resumem a políticas compensatórias — via transferência direta de renda aos mais necessitados —, mas incorpora políticas estruturais, tais como ampliação ao acesso à educação e ao crédito. No artigo **TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS**, autora Hamida Assunção Pinheiro busca trazer a discussão das tramas e os dramas que envolvem o trabalho dos oleiros do estado do Amazonas, dando destaque às condições de trabalho e de vida destes trabalhadores. No artigo **VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL**, a autora **Wilma Lúcia Rodrigues Pessoa** analisa a articulação entre o racismo e a violência institucional do Estado Brasileiro na promoção do genocídio da juventude negra como componente estrutural da opressão de classe. Parto da consideração do que foi a constituição do racismo no Brasil suas especificidades e sua relação com o processo de expansão do capitalismo em escala global.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Cláudia Maria Costa Gomes	
Maria da Conceição da Silva Cruz	
Ana Karoline Nogueira de Souza	
Ana Manoela da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4801922021	
CAPÍTULO 2	17
A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA	
Sara do Nascimento Martins	
Regiane de Nazare de Sousa Rocha	
Maria Leonice da Silva de Alencar	
Edinalva Pinto Poça	
DOI 10.22533/at.ed.4801922022	
CAPÍTULO 3	26
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL	
Ketnen Rose Medeiros Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.4801922023	
CAPÍTULO 4	38
A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG	
Nelson Machado Pinho Junior	
Ednéia Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922024	
CAPÍTULO 5	51
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE	
Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922025	
CAPÍTULO 6	60
AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS	
Edemar Rotta	
Carlos Nelson dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.4801922026	
CAPÍTULO 7	74
CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA	
Daniela de Carvalho Ciriaco	
DOI 10.22533/at.ed.4801922027	

CAPÍTULO 8	88
CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO	
Mari Aparecida Bortoli Carlos Nelson dos Reis Heloísa Teles	
DOI 10.22533/at.ed.4801922028	
CAPÍTULO 9	103
DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO	
Ariele Azevedo da Silva Vieira Leonardo Barcelos Vieira Angela Maria Caulyt Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4801922029	
CAPÍTULO 10	117
DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	
Ermildes Lima da Silva Louise Oliveira Ramos Machado	
DOI 10.22533/at.ed.48019220210	
CAPÍTULO 11	128
A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORÁ - MG	
UMA ANÁLISE DO ORÇAMENTO MUNICIPAL	
Nelson Machado Pinho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48019220211	
CAPÍTULO 12	140
ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF	
Cassiana Ferreira Simões	
DOI 10.22533/at.ed.48019220212	
CAPÍTULO 13	150
ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO	
Letícia Batista da Silva Luanda Café Santana dos Santos Tarcila Freitas de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220213	
CAPÍTULO 14	161
ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE	
Bruno Moretti Ana Paula Menezes do Rego	
DOI 10.22533/at.ed.48019220214	

CAPÍTULO 15	174
POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS	
Danielle Galdino Cristiano Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.48019220215	
CAPÍTULO 16	188
QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO	
Tauã Lima Verdan Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.48019220216	
CAPÍTULO 17	201
RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017	
Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz Flávia Abud Luz	
DOI 10.22533/at.ed.48019220217	
CAPÍTULO 18	210
REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	
Rosimary de Souza Lourenço Marlene de Deus Lima Yoshiko Sasaki	
DOI 10.22533/at.ed.48019220218	
CAPÍTULO 19	222
SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO	
Michele Ribeiro de Oliveira Renata Lúgia Rufino Neves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.48019220219	
CAPÍTULO 20	234
TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS	
Hamida Assunção Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.48019220220	
CAPÍTULO 21	246
VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL	
Wilma Lúcia Rodrigues Pessôa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220221	
SOBRE A ORGANIZADORA	255

ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE- ESR/UFF

Cassiana Ferreira Simões

Universidade Federal Fluminense

Campos dos Goytacazes-RJ

RESUMO: O presente trabalho analisou o acesso e as condições de permanência dos alunos das universidades públicas federais após a implementação das políticas de democratização do acesso Educação Superior, sobretudo, a Política de Ação Afirmativa. Para tanto, o campo para a realização da pesquisa foi o ESR/UFF, em que foram alvos os estudantes ingressos por meio das ações afirmativas, nas modalidades concernentes às cotas sociais, no período de 2013 a 2016. O estudo aponta que as ações afirmativas, em especial, as cotas sociais, tal como efetivadas atualmente nas Instituições Federais de Ensino Superior, tem como característica o binômio inclusão-exclusão, ao passo que possibilita aos grupos marginalizados a inserção na universidade, simultaneamente não são viabilizadas condições efetivas de permanência dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso ao Ensino Superior; Permanência; Ações afirmativas; Inclusão Social.

ABSTRACT: The present study analyzed the access and the conditions of permanence of the students of the federal public universities

after the implementation of the policies of democratization of the Higher Education access, above all, the Affirmative Action Policy. For that, the field for the research was the ESR / UFF, in which the students were targeted through affirmative actions, in the modalities concerning social quotas, in the period from 2013 to 2016. The study points out that affirmative actions, in particular, the social quotas, as currently implemented in the federal higher education institutions, are characterized by the inclusion-exclusion binomial, while making it possible for marginalized groups to enter the university, at the same time effective conditions for their permanence are not feasible.

KEYWORDS: Access to Higher Education; Permanence; Affirmative actions; Social inclusion

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado integra a pesquisa de mestrado da autora, cujo enfoque foi a avaliação das políticas de democratização do acesso às IFES, sobretudo por intermédio da Política de cotas (Lei nº 12711/12) e as atuais políticas de permanência para o público denominado “cotistas sociais”. Desta forma, compõem a presente pesquisa a análise dos procedimentos para o acesso e o cenário de

permanência dos cotistas sociais no ESR/UFF.

Faz-se importante frisar que a partir do ano de 2013, a UFF passa a aceitar como único método de acesso às vagas na universidade o ENEM/SISU, e em atendimento à Lei nº 12711/2012, vem adotando o sistema de reserva de vagas para acesso aos cursos de graduação conforme prevê em seu artigo primeiro: “no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (BRASIL, 2012)

Atrelada ao ensino médio cursado em escolas públicas a legislação em referência relacionou critérios sociais e étnico-raciais, tendo a Portaria Normativa nº 18/2012 regulamentado o acesso em seu artigo 4º da seguinte forma:

I - no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas de que trata o caput serão reservadas aos estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita; e

II - proporção de vagas no mínimo igual à da soma de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, será reservada, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Neste contexto, buscando a efetivação da legislação as universidades federais foram se adequando e adotando formas para efetivação desse acesso, contudo percebe-se que as políticas para permanência não evoluíram *pari passu*, fazendo com que a política de cotas esteja se configurando em mera política de acesso e tão menos de inclusão social. Fato este que será abordado no trabalho que se segue.

2 | O ACESSO *VERSUS* A PERMANÊNCIA DOS COTISTAS SOCIAIS NO ENSINO SUPERIOR.

De forma inicial, considera-se aqui que a exclusão implica processo de destituição da cidadania, traduz-se como uma forma complexa e completa de eliminação de direitos de uma população, para a qual, muitas vezes não se consegue nem garantir as necessidades básicas. Desta forma, a existência de deficiências e barreiras de acesso das minorias, à educação e ao trabalho – os dois principais mecanismos, considerados lícitos, de mobilidade e inclusão social da nossa sociedade – bem como às estruturas de oportunidades disponíveis nos campos da saúde, lazer e cultura, contribuem para o agravamento da situação de vulnerabilidade social deste público, quais sejam: os pobres, negros, indígenas, pessoas com deficiência, entre outras.

De acordo com Paugam, três idéias se associam ao conceito de exclusão: a noção de trajetória, ou seja, de que há um processo que deve ser visto de forma longitudinal, permitindo compreender o percurso temporal dos sujeitos em confronto com o ambiente; o conceito de identidade, positiva ou negativa, de crise e construção da mesma; e o aspecto de territorialidade, que é a base que abriga os processos

excludentes, incluindo-se aí a segregação. (PAUGAM, 2003, p.15).

Considera-se, assim, que, tais minorias eram excluídas até a década passada do acesso ao Ensino Superior, à proporção de que este nível de escolaridade era estritamente meritocrático, sendo efetivado primordialmente por intermédio da aprovação no vestibular. Porém, com o advento da democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior (IES), o problema desloca-se para outro campo, evidenciando-se, agora, a questão da exclusão no ensino superior, provocada por diversos fatores, seja por falta de políticas de permanência ou quiçá pela ausência de integração destes indivíduos ao meio universitário.

Há que se ressaltar que este novo público, presente nas IES por intermédio das Ações Afirmativas, além da privação material, enfrenta ainda a exclusão simbólica, o sentimento de não pertencimento, pelo simples fato de não corresponderem aos padrões estéticos que são valorizados pela sociedade, onde o acesso a determinados serviços e bens de consumo constituem a senha para a inclusão. Bourdieu (2015) chama a atenção para a posição dos educadores nesse processo:

Assim no ensino superior, os estudantes originários das classes populares e médias serão julgados segundo a escala de valores das classes privilegiadas, que numerosos educadores devem a sua origem social e que assumem de bom grado, sobretudo se o seu pertencimento à elite datar de sua ascensão ao magistério.

Não há indício algum de pertencimento social, nem mesmo a postura corporal ou a indumentária, o estilo de expressão ou o sotaque, que não sejam objeto de “pequenas percepções” de classe e que não contribuam para orientar – mais frequentemente de maneira inconsciente – o julgamento dos mestres (BOURDIEU, 2015, p. 60-61).

Neste sentido, diante de um contexto de ascendente expansão do ensino universitário, uma questão torna-se emblemática: ocorre de fato uma verdadeira inclusão destes alunos, ou apenas estão viabilizando o acesso? Parte-se do pressuposto de que há uma grande diferença entre os conceitos: viabilizar o acesso é tarefa primeira, incluir deve ser sequencial, acredita-se de que nada adianta viabilizar o ingresso na universidade, se não são asseguradas condições efetivas de permanência.

Outrossim, estaria novamente diante do binômio inclusão-exclusão? Considerando que num passado-recente as minorias eram excluídas do acesso ao Ensino Superior e na atualidade são excluídas no Ensino Superior, seja pela ausência de políticas adequadas de permanência, pela discriminação presente nos *campi*, ou ainda pela ausência de pertença àquela realidade?

Há que se ressaltar, que muitos destes alunos que ingressam pelas medidas afirmativas, precisam trabalhar para se manter, desta forma ficam privados do contato social, da convivência acadêmica, prejudicando essencialmente sua adaptação à vida universitária e sua integração, sendo que o sentir-se parte da instituição é fundamental para a permanência.

Para Belchior (2006), da mesma forma que políticas universais não combatem por si só a discriminação, as medidas afirmativas também não são suficientes para

dar respostas às questões relacionadas ao pertencimento. “É necessário uma ação conjunta e efetiva entre ambas para que se possa combater os mecanismos da exclusão sociorracial”. (BELCHIOR, 2006, p. 108)

Por outro lado, buscando a efetiva inclusão social deste alunado, o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES instituído pelo Decreto nº. 7.234/2010, tem como objetivo ampliar as condições de permanência, com prioridade para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Prevê, também em suas diretrizes assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, cujas ações devem ser executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Para tanto, o programa menciona que serão atendidos prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio.

O PNAES apresenta, ainda como objetivos:

I- Democratizar as condições de permanência nas IFES; II- minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da Educação Superior; III- reduzir as taxas de retenção e evasão; IV- contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010)

Verifica-se, contudo, que a atual execução do programa, devido à insuficiência de recursos, tem centrado suas ações de forma focalizada, em sua maioria traduzidas na formatação de bolsas e auxílios estudantis, reproduzindo as atuais políticas de assistência social brasileiras e, sobretudo, negando a educação como direito universal.

Essa lógica da bolsificação da assistência estudantil desmobiliza ações para ampliação da infraestrutura das universidades, tais como: moradias estudantis e restaurantes universitários, e reforça, sobretudo, o caráter seletivo de tal política, haja vista que os recursos para o PNAES não aumentaram na mesma proporção que o número de vagas. Conforme Cislagui e Silva:

Enquanto, entre 2007 e 2011, a ampliação de recursos da assistência estudantil foi de 18% no total, a ampliação de vagas foi de 37%, demonstrando claramente que, apesar dos aumentos nominais de recursos, estes não são proporcionais à expansão de vagas imposta pelo Reuni. (CISLAGUI e SILVA, 2012, p.503)

Como citado anteriormente, o PNAES prevê o atendimento dos alunos cuja renda *per capita* não ultrapasse 1,5 salários-mínimos, contudo a realidade das universidades tem sido bem diferentes, nas listas de espera constam centenas de alunos aguardando novas convocações, que só serão realizadas em caso de desistência do auxílio, abandono ou trancamento do curso. Cislagui e Silva (2012, p. 501) salientam que: [...] “o governo aparenta garantir autonomia às IFES, mas determina critérios focalizados extremamente rebaixados para o acesso às ações de assistência estudantil”.

Agrava-se ainda mais a situação, quando se verifica nestas listas de espera alunos que ingressaram na universidade por intermédio das cotas sociais. Desta forma é colocado novamente o acesso à universidade frente ao binômio inclusão-exclusão,

pois possibilita aos grupos marginalizados o ingresso na universidade, mas ao mesmo tempo não são viabilizadas condições efetivas de permanência deste alunado.

Vale evidenciar, que devido à autonomia das universidades na execução do PNAES, têm ocasionado diferenças importantes em sua formatação, algumas universidades, como a UFF, possuem mais de oito modalidades de bolsas/auxílios, muitas com valores irrisórios, outras universidades optaram por uma única modalidade de bolsa com valor mais expressivo. Contudo, poucas são as IFES que estão investindo, de fato, em políticas universais de atendimento estudantil, como ampliação e construção de moradias estudantis e restaurantes universitários, por exemplo.

Deste modo, diante do contexto de políticas de assistência ao estudante focalizadas nos segmentos mais empobrecidos da academia, verificou-se a necessidade de retratar o cenário de permanência dos cotistas sociais, buscando, sobretudo, evidenciar se estes estão sendo alcançados pelo PNAES, assunto a ser tratado na próxima seção.

3 | O CENÁRIO DE PERMANÊNCIA DOS COTISTAS SOCIAIS DO ESR/UFF

Os dados em análise na presente seção foram selecionados por meio do acesso ao Sistema Acadêmico da UFF, bem como a partir da consulta à pesquisa de perfil do aluno ingressante realizada semestralmente pela Coordenação de Assistência Estudantil (CAES) do ESR/UFF.

Faz-se *mister* referenciar que foi a partir da análise dos dados da pesquisa elencada que foram suscitadas as questões norteadoras do presente estudo. De acordo com a pesquisa de perfil, verificou-se, que no ano de 2015, 43% dos alunos tiveram acesso à instituição a partir da política de cotas, dessa forma algumas indagações podem ser colocadas: os alunos matriculados, ingressos por meio das cotas sociais estão sendo contemplados/alcançados pelo PNAES? Estão conseguindo concluir seus cursos? Há impactos sobre o processo de ensino-aprendizagem?

Outro dado em evidência na pesquisa de perfil realizada refere-se a origem do aluno ingressante. São apontados que cerca de 70% dos estudantes não são oriundos da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, cidade sede do ESR/UFF. Comparando com os anos anteriores, pode ser verificado um aumento na migração de estudantes de outras regiões para o município de Campos dos Goytacazes, pois no ano de 2012, a pesquisa revelou que 49% eram provenientes de outros estados brasileiros, ao passo que no segundo semestre de 2013 este número chegou a 66,2%, já no primeiro semestre de 2014 o percentual atingiu 69,3% e em 2015 chegou-se aos 70% dos alunos ingressantes provenientes de outros estados e municípios, e conforme dados de 2017, hoje, tem-se que 71% do alunado proveniente de outras localidades, com prevalência maior nos estados da região Sudeste, e sobretudo de outros municípios do estado Rio de Janeiro.

Vale ressaltar, que o aumento de alunos advindos de outras municipalidades e estados deve-se ao fato de que até o ano de 2012 o mecanismo de acesso à UFF era o vestibular, fazendo com que o candidato interessado tivesse que arcar com os custos de uma viagem para realizar as provas de acordo com seu local de interesse; enquanto, a partir de 2013, com a adesão da universidade ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), o qual possibilita o candidato lançar a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no sitio do MEC e concorrer a uma vaga à distância e de forma gratuita e, ainda, se contar com média suficiente, pode optar por qualquer uma das instituições públicas que aderiram ao novo sistema, o que favorece um fluxo migratório de estudantes de diversas regiões do país. Desta forma, apresenta-se aqui, mais um questionamento: quais as estratégias de permanência utilizadas por estes discentes advindos de outras municipalidades, já que o ESR/UFF não dispõe de moradia estudantil?

Desse modo, no que concerne aos discentes ingressantes mediante o sistema de cotas sociais, que são o objeto de estudo da presente pesquisa, de acordo com dados selecionados via Sistema de Identificação Acadêmica da UFF – IDUFF, verifica-se que a evasão encontra-se localizada prioritariamente no segmento dos discentes advindos de outras localidades. Com exceção do primeiro semestre de 2014, em que tal diferença foi irrisória, nos demais períodos registra-se um número substancial de cancelamentos e trancamentos de matrícula de alunos advindos de outros estados e municípios, chegando a representar 81,5% do total de matrículas canceladas ou trancadas para o primeiro semestre de 2016, conforme revela o **Gráfico 01**, a seguir:

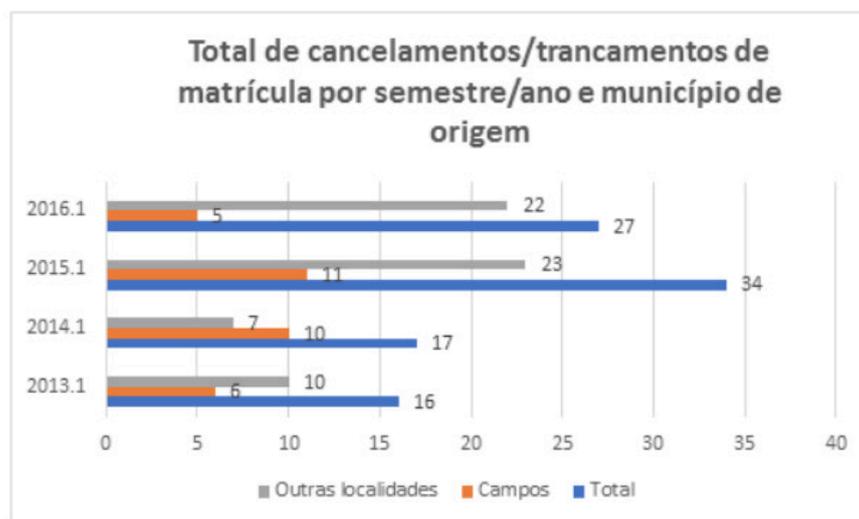


Gráfico 01 -Cancelamento/Trancamento de matrícula por localidades

Fonte: IDUFF (www.sistemas.uff.br/)/ Elaboração Própria/Dados da Pesquisa.

Os dados dispostos no **Gáfico 01** trazem uma reflexão acerca da ampliação e possibilidade de acesso via ENEM/SISU. Implica ainda, algumas indagações, tais como: estão sendo ofertadas condições de permanência aos discentes advindos de

outras localidades? O ENEM/ SISU tem se configurado realmente em um mecanismo de inclusão social, ou meramente de acesso?

Diante de uma realidade de expansão que abre oportunidades para estudantes oriundos de diferentes regiões e realidades socioeconômicas, deve-se considerar que efetivamente muitos deles não podem arcar com altos valores de aluguéis, ou enfrentar horas de percurso para frequentar *campi* localizados em regiões distantes de sua cidade de origem.

Não obstante os aspectos certamente positivos deste cenário – como a expansão das vagas da universidade pública e a possibilidade de acesso de um público maior e mais diverso ao ensino superior –, cumpre salientar que o processo de expansão, infelizmente, não tem sido acompanhado de um planejamento claro que defina e conduza as ações e projetos necessários para atender a tais transformações, absorvendo e interpretando essas novas demandas e necessidades. Essa ausência de planejamento, além de não permitir a participação do público interessado na definição de prioridades e metas que garantam, efetivamente, a qualidade de ensino frente à expansão, tem provocado problemas que só se agravam a cada ano, com a chegada de novos alunos. Com relação ao espaço físico, diversos novos *campi* não possuem instalações adequadas; os edifícios, por razões de diversas ordens, não atendem a um programa de necessidades integral às funções inerentes a cada *campus* e têm enfrentado entraves diversos que postergam suas construções (ATIQUÉ e RUFINONI, 2011, p.4).

Desta forma, os dados supracitados apontam a necessidade de estudos sobre a migração estudantil, buscando alternativas e propostas que venham atender as necessidades deste novo perfil da universidade e ratificam que se faz necessário o desenvolvimento de ações para permanência deste aluno na universidade.

De modo geral, no que tange à permanência dos cotistas sociais, uma consulta a dados no sistema acadêmico da UFF realizada em novembro de 2017 apontam uma taxa de evasão de mais de 51% desses discentes, para todos os anos de análise da presente pesquisa.

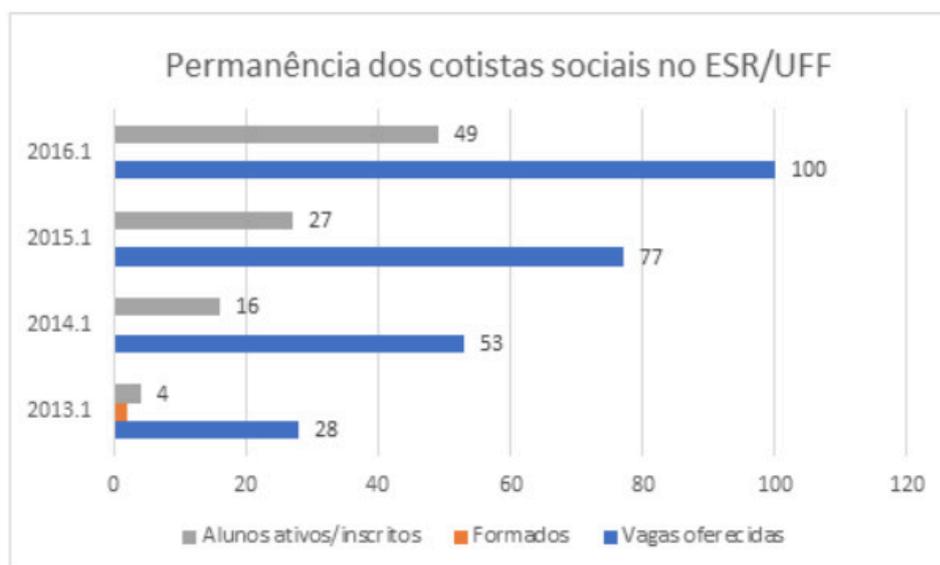


Gráfico 02 Vagas oferecidas em L1 e L2 e número de alunos ativos

Fonte: IDUFF; Elaboração Própria.

Analisando ainda o **Gráfico 02**, pode se verificar que para o ano de 2013 tem-se um índice de permanência de apenas 21,4%, seguidos de 30,2% em 2014, 35,1% em 2015 e 49% em 2016. Poderia--se concluir então, que a evasão entre os cotistas sociais tem diminuído anualmente? Infelizmente não, pois tais dados não são estáticos, pois para os alunos de 2015 e 2016, por exemplo, ainda se têm longo prazo para conclusão do curso e assim um extenso percurso com possibilidades de evasão. Em consulta realizada ao IDUFF em julho de 2017, dos cotistas sociais ingressos em 2015.1, tinha-se 30 alunos com matrícula ativa, tendo esse número caído para 27 em novembro do mesmo ano, com relação 2016.1, havia 61 matriculados em julho, tendo decrescido para 49, de acordo com a consulta ao sistema em novembro de 2017.

Considerando assim como permanência prolongada um período superior a dois anos na universidade, verifica-se que o percentual de permanência chega no máximo aos 30,2%, entre os alunos ingressos por cotas sociais. Desta forma, questiona-se: quais os motivos para evasão e quais as estratégias dos que permanecem?

Cruzando os dados com o sistema de bolsas da universidade verifica-se que do total de cotistas sociais com matrícula ativa, apenas 44,9% tiveram ou têm acesso ao PNAES. Tal realidade, traz à tona outra questão, como os demais alunos que acessaram a universidade pela modalidade de cotas sociais, ou seja, aquelas que exigem para o ingresso a comprovação de renda, qual seja: a de um salário-mínimo e meio per capita estão fazendo para se manter na universidade, sobretudo num *campus* onde os programas de assistência estudantil se limitam à transferência de renda, por meio dos auxílios/bolsas estudantis, não possuindo restaurante universitário, tão menos moradia estudantil.

Comparativamente, ao serem analisados os alunos que evadiram, os dados revelam a importância do PNAES na viabilização da permanência do alunado, e ao mesmo tempo a necessidade de sua ampliação, ao passo que 74,5% dos alunos cotistas sociais evadidos não tiveram acesso ao programa. Contudo, há que se considerar, que a atual crise financeira do país vem trazendo rebatimentos importantes às políticas sociais e o PNAES não fica a reboque destas conseqüências como pode ser observado nos dados que se seguem:

Ano	R\$ Total	Auxílio Financeiro à estudantes
2012	17.689.212,15	7.904.225,22
2013	14.826.864,12	8.811.566,01
2014	23.366.387,23	11.443.061,46
2015	11.767.471,25	9.177.793,24
2016	17.334.823,90	10.120.801,17

Quadro 02- Gastos destinados a PNAES na UFF

Fonte: Portal da Transparência/ www.portaldatransparencia.gov.br/ Elaboração Própria.

O quadro acima mostra as verbas destinadas ao PNAES para a UFF. Pode-se perceber que a partir dela uma queda acentuada nos gastos com assistência

estudantil, sobretudo no ano de 2015. No ano de 2016, o orçamento foi um pouco maior, mas não na mesma proporção que o aumento do número de vagas oferecidas pela política de cotas, haja vista que neste ano elas chegaram ao limiar máximo de 50%. Percebe-se ainda, uma prevalência dos recursos destinados à auxílio financeiro aos estudantes, ou seja, as chamadas bolsas e auxílios estudantis, o que remete novamente a focalização das políticas de assistência estudantil em detrimento das políticas universais.

Assim, diante deste cenário dicotômico, de ampliação de vagas nas IFES por intermédio do REUNI (Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e das ações afirmativas e de achatamento das verbas públicas destinadas à permanência deste mesmo aluno, foi confirmada a hipótese do presente estudo, qual seja: O ingresso na modalidade de ações afirmativas, em especial as cotas sociais, nas universidades por meio do SISU/ENEM, tem como característica o binômio inclusão-exclusão, pois possibilita aos grupos marginalizados o ingresso na universidade, mas ao mesmo tempo não são viabilizadas condições efetivas de permanência deste alunado.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstrou que as ações afirmativas, enquanto política de cotas para o acesso ao Ensino Superior, tem se mostrado necessária, mas não auto-suficiente. Ou seja, não basta proporcionar o acesso, se não houver condições mínimas para permanência. Identificou-se que a política de cotas, sobretudo as cotas sociais, só conseguirão atingir sua finalidade de inclusão social à medida em que estejam a ela atreladas políticas de permanência.

Subentende-se assim, que o problema não está na reserva de vagas para o público baixa renda, mas sim na ausência de condições adequadas para acolhê-lo e de fato incluí-lo. Acesso e inclusão são dois conceitos diferentes, o acesso é possibilitar a entrada no Ensino Superior, a inclusão extrapola o acesso, é acolhê-lo, oferecer condições mínimas de permanência, de forma que consiga ter ao seu alcance as mesmas condições de aprendizagem do aluno que adentrou por ampla concorrência, é torná-lo de fato igual aos demais. O ingresso na universidade para se tornar inclusivo deve ser acompanhado do acesso ao material didático, à infraestrutura acadêmica, à moradia, à alimentação, entre outras necessidades do educando.

Enfim, de fato incluir o cotista social, é tornar possível mesmo após o seu ingresso, que ele esteja no mesmo patamar de igualdade de oportunidades que os alunos que se matricularam por ampla concorrência ou por outras modalidades de cotas. Em suma, não faz sentido proporcionar igualdade de oportunidades no acesso, e ratificar as desigualdades no interior da universidade.

REFERÊNCIAS

ATIQUE, F. & RUFINONI, M.R. **Ideais e diretrizes da Assessoria Técnica em Arquitetura e Urbanismo da Comissão Paritária para Estudo da Implantação de Moradias Estudantis na UNIFESP**: registro de um percurso. São Paulo, setembro de 2011.

BELCHIOR, Ernandes Barboza. **Não deixando a cor passar em branco: o processo de implementação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília**. Dissertação de mestrado. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília, 2006. 137p.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reinaldo Bairão, 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____; **Escritos de Educação**. Nogueira, Maria Alice. E CATANI, Afrânio (orgs). 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRASIL. **Decreto 7.234/2010**. Programa Nacional de Assistência Estudantil, 19/07/2010.

_____. **Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

_____. **Portaria Normativa nº 18, DE 11 de Outubro de 2012**. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.

CISLAGHI, J. F.; SILVA, M. T. da. **O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência**. *SER Social*, Brasília, v. 14, n. 31, p. 489-512, jul./dez. 2012

PAUGAM, Serge. **Desqualificação Social**: ensaio sobre a nova pobreza. Tradução de Camila Giorgetti e Tereza Lourenço. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

SIMÕES, Cassiana F; XAVIER, Alessandra de Muros; BENEVIDES, Rosângela Maria A. **Acesso e permanência no Ensino Superior**: limites e possibilidades. Artigo completo publicado nos Anais do XV ENPESS, dezembro de 2016: Ribeirão Preto-SP.

TEIVE, Marília Danielli Lopes. **A política de cotas na Universidade de Brasília**: desafios para as ações afirmativas e combate às desigualdades raciais. Dissertação de mestrado- Departamento de Política Social. Universidade de Brasília, 2006, 124p

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-148-0



9 788572 471480